

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009708-52.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86)**  
 Requerente: **André Lopes**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos**

**ANDRÉ LOPES** ajuizou a presente **AÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE AUXÍLIO ACIDENTE** em face de **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -INSS**, todos devidamente qualificados, aduzindo, em suma, que em 23/11/2012 sofreu acidente de trânsito *in itinere* (no trajeto trabalho/casa), que lhe causou sequelas que lhe diminuíram a capacidade para o trabalho. Pede a concessão de auxílio acidente no percentual de 50% do salário de contribuição.

À fls. 34 nomeado perito, facultado às partes a indicação de assistentes técnicos e o oferecimento de quesitos.

Ofícios carreados às fls. 66/73.

Devidamente citada a instituição ré apresentou contestação pontuando que não estão presentes os elementos essenciais à caracterização do acidente de trabalho, que a sequela relatada na inicial não trouxe ao autor incapacidade para o trabalho e que não está comprovado a natureza acidentária da lesão. Culminou por pedir a improcedência da pretensão

**1009708-52.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

constante da exordial.

Sobreveio réplica às fls. 78/80.

Laudo pericial juntado às fls. 104/107. O autor se manifestou à fls. 115 e o INSS à fls. 117, sem trazer impugnação específica ao relatado pelo *expert*.

Na sequência, foi designada audiência de instrução para apurar se o acidente ocorreu “in itinere”.

O ato se deu a fls. 135/136.

Alegações do autor vieram a fls. 139/140 e o INSS não se manifestou em termos finais.

**RELATEI.**

**DECIDO.**

Segundo conceito expresso no artigo 19 da Lei 8.213/91, o acidente de trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho, dos segurados elencados no inciso VII do art. 11 da mesma Lei.

**Por equiparação** (art. 21), uma série de outras circunstâncias são consideradas acidente de trabalho, tais como a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade e o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do horário e local de trabalho, o chamado acidente *in itinere*, entre outras.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Este último, também chamado “acidente de trajeto”, ocorre no percurso normalmente utilizado pelo trabalhador entre a sua residência habitual ou ocasional, e seu local de trabalho e vice-versa, durante o período habitualmente gasto para a conclusão.

O que se busca é proteger o trabalhador desde a saída de sua residência até o seu retorno.

Em bem elaborado laudo o vistor oficial apurou a ocorrência de “*lesão de caráter permanente que diretamente interfere na capacidade física geral do paciente*” (textual fls. 106), constatando uma incapacidade parcial e permanente (fls. 106, respostas “6” e “7”).

O réu não trouxe laudo de contestação e também não impugnou o laudo oficial.

O tipo de sequela (incontroversa, saliente-se mais uma vez) deixa evidenciado déficit laborativo por causa ocupacional; é intuitivo o prejuízo consequente à “fratura de tornozelo” com sequelas, implicando em significativa quebra daquele todo harmônico que é o corpo humano; todos os segmentos do corpo têm alguma utilidade e sua falta, **em maior ou menor grau** causa prejuízos; assim é forçoso reconhecer a presença de incapacidade e nexo, binômio indispensável para afirmação de amparo infortunistico.

Ademais, os autos revelam que o autor é homem sem qualquer qualificação “extra”. Está preparado para serviços que demandam, basicamente, esforço físico e alguma técnica (na época do sinistro trabalhava como expedidor na empresa MICRO JUNTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA conforme fls. 12 e 22).


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Assim, soa evidente que os danos físicos trouxeram déficit com reflexos no labor.

Resta apurar se o acidente ocorreu no itinerário.

A testemunha Vivian, ouvida em audiência, informou ser colega de serviço do autor. No dia do acidente esteve com ele e o viu sair do serviço com sua moto um pouco mais tarde do que de costume (o término do turno ) porque “*demorou um pouco mais para se arrumar*”; **no caminho para sua casa é que houve o sinistro.**

A ré não produziu qualquer prova em sentido oposto.

Assim, é de rigor o acolhimento do reclamo.

\*\*\*

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder ao autor, **ANDRÉ LOPES**, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro.

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câmara, Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.

O valor em atraso, ou eventuais diferenças, será pago de uma só vez, atualizados com correção monetária desde a data em que deveriam ter sido efetuados os pagamentos de cada uma das prestações



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vencidas, observando os índices previstos para as condenações contra a Fazenda (Lei 11.960/09), sendo que a partir de 25/03/2015 será utilizado o IPCA-E a título de índice de correção, tendo em vista a modulação dos efeitos da ADI 4357/DF e 4425. Cabe salientar que os juros moratórios, contados nos termos da Lei 11.960/09 (caderneta de poupança), somente incidirão a partir da citação (Súmula 204, STJ).

O “dies a quo” é o dia seguinte a data da cancelamento do benefício (26/08/2013 – fls. 60).

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários advocatícios que arbitro, em atenção ao inciso II, do parágrafo 4º, do art. 85 do CPC, no valor médio dos percentuais especificados nos incisos de I a V do § 3º (obviamente no inciso em que o valor obtido na fase de liquidação se encaixar), do mesmo dispositivo.

Oficie-se para implantação do benefício. Nesse aspecto fica antecipada a tutela.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 496 do CPC e Súmula 423 do STF.

Publique-se e intmem-se. .



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

São Carlos, 10 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**